



FACULDADE DE PINDAMONHANGABA
Mara Fátima Candido de Oliveira

**INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS
EM SALAS REGULARES DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE
PINDAMONHANGABA-SP**

Pindamonhangaba-SP
2013



Mara Fátima Candido de Oliveira

INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS EM SALAS REGULARES DE ENSINO NO MUNICÍPIO DE PINDAMONHANGABA-SP

Monografia apresentada como parte dos requisitos para obtenção do Diploma de Licenciatura em Pedagogia pelo curso de Pedagogia da Faculdade de Pindamonhangaba.

Orientadora: Profa. MSc. Marina Buselli.

RESULTADO: _____

BANCA EXAMINADORA

Profa _____ Faculdade de Pindamonhangaba

Assinatura: _____

**Pindamonhangaba-SP
2013**

Oliveira, Mara Fátima Candido

Inclusão de Alunos com Necessidades Especiais em salas regulares de Ensino no Município de Pindamonhangaba – SP / Mara Fátima Candido de Oliveira / Pindamonhangaba – SP : FAPI Faculdade de Pindamonhangaba, 2013.

36f.

Monografia (Graduação em Pedagogia) FAPI-SP.

Orientadora: Profa. MSc Marina Buselli.

1 Inclusão. 2 Necessidades Especiais. 3 Deficiência.

I Inclusão de Alunos com Necessidades Especiais em salas regulares de Ensino no Município de Pindamonhangaba – SP II Mara Fátima Candido de Oliveira

Dedico este trabalho a Deus, à minha mãe, e ao meu eterno pai, pela possibilidade de ter chegado ao ensino superior apesar das dificuldades no decorrer da minha vida estudantil.

AGRADECIMENTOS

À minha família, que é a base para os pilares da minha educação, que sempre me ajudou, dando suporte e subsídios para a conclusão deste curso.

Também aos meus professores, em especial à minha orientadora e coordenadora do Curso de Pedagogia, Profa. MSc. Marina Buselli, pela orientação neste trabalho.

Seria injusto citar outros nomes, pois com certeza faltariam alguns, mas a gratidão é imensa e jamais esqueceremos o que nos foi concedido, tanto materialmente, quanto psicologicamente ou espiritualmente.

*Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo,
os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo.*

(Paulo Freire)

RESUMO

Esta monografia é um estudo exploratório, que girou em torno da questão: Como está ocorrendo o processo de inclusão na rede de ensino municipal de Pindamonhangaba? Tal questão levou aos seguintes objetivos: Objetivo geral: verificar como ocorre o processo de inclusão de crianças com necessidades especiais em classes regulares na rede públicas do município de Pindamonhangaba, SP. Objetivos específicos: a) identificar as dificuldades do professor para ensinar e promover a acessibilidade a alunos com necessidades especiais em classes regulares; b) conhecer a estrutura das escolas e os recursos utilizados no processo de inclusão escolar; e c) identificar possíveis pontos fracos nesse processo. O método utilizado foi, primeiramente, a pesquisa bibliográfica, fazendo uso de livros, artigos, documentos oficiais e leis que tratam da inclusão no Brasil. A seguir, foi feita pesquisa descritiva, utilizando-se como instrumento um questionário simples, aplicado a 26 gestores das escolas da rede municipal de Pindamonhangaba. Os dados foram tratados principalmente de modo qualitativo. Concluiu-se que as escolas não estão fazendo um processo de inclusão adequado aos alunos com necessidades especiais. Com a falta de especialização dos professores em educação inclusiva, sem mudanças adequadas na metodologia e na organização curricular, a inclusão no município de Pindamonhangaba acabou transformando-se em apenas um processo de normalização destes alunos. Os recursos que vêm sendo utilizados nas escolas não são totalmente adequados ao fundamento da inclusão e às necessidades desses alunos. Há alguns pontos fracos que necessitam de mudanças, como na formação dos professores que precisam especialização em inclusão, ter mais professores de apoio para atender todas as escolas com alunos com necessidades especiais e buscar ampliar parcerias, participações e apoio dos familiares e comunidade para inclusão destes alunos.

Palavras-chave: Inclusão. Necessidades Especiais. Deficiências.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Declarações internacionais	10
Quadro 2- Brasil – Legislação Federal	11
Quadro 3- Brasil – Legislação Estadual	15
Quadro 4- Inclusão X não inclusão	18
Quadro 5- Número de alunos com necessidades especiais em cada escola	24
Quadro 6- Necessidades especiais encontradas nas escolas	26
Quadro 7- Estratégias diversificadas oferecidas aos alunos	26
Quadro 8- Estratégias diversificadas oferecidas aos alunos	27
Quadro 9- Dificuldades para realização da inclusão	28
Quadro 10- Tipos de acompanhamento especializado	28
Quadro 11- Formas de comunicação entre escola e especialistas	29

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 REVISÃO DA LITERATURA	9
2.1 LEGISLAÇÃO	9
2.2 A INCLUSÃO	12
3 MÉTODO	20
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	21
5 CONCLUSÕES	28
REFERÊNCIAS	29
APÊNDICE A- QUESTIONÁRIO AOS GESTORES	31
APÊNDICE B- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	33
APÊNDICE C - AUTORIZAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	35
ANEXO A – APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA DA FACULDADE DE PINDAMONHANGABA	36

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho serão abordadas questões referentes à inclusão de alunos com necessidades especiais nas classes regulares, conforme prescrito na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em vigor desde o ano de 1996.

A importância de discutir este tema se justifica pelo fato que, para esses alunos com necessidades especiais, talvez ainda hoje não haja a inclusão como uma realidade em todas as escolas, sejam elas públicas ou privadas.

Diante da realidade social que vivemos, observamos as necessidades e a importância de incluir em salas regulares de ensino as crianças com necessidades especiais, de forma a facilitar sua socialização com as demais crianças, professores, proporcionando um ambiente favorável à aquisição dos conhecimentos, a interação social com a escola e com o mundo.

Assim, faz-se necessário compreender como está o processo de inclusão, como vem acontecendo, quais as suas contribuições e desafios para um presente e um futuro no qual todos nós recusamos a permanecer passivos no que ocorre na educação no Brasil.

Esta pesquisa gira em torno da questão: Como está ocorrendo o processo de inclusão na rede de ensino municipal de Pindamonhangaba? Tal questão levou aos seguintes objetivos:

Objetivo geral: verificar como ocorre o processo de inclusão de crianças com necessidades especiais em classes regulares na rede públicas do município de Pindamonhangaba, SP.

Objetivos específicos: a) identificar as dificuldades do professor para ensinar e promover a acessibilidade a alunos com necessidades especiais em classes regulares; b) conhecer a estrutura das escolas e os recursos utilizados no processo de inclusão escolar; e c) identificar possíveis pontos fracos nesse processo.

Este trabalho foi assim estruturado: na seção 2, é apresentada a revisão da literatura, abordando-se a legislação que regulamenta o ensino a crianças com necessidades especiais na rede regular, os conceitos de necessidades especiais e fatores que envolvem a relação dessas crianças com a escola e a família. Na seção 3, descreve-se o método utilizado para a realização da pesquisa exploratória. A seguir, na seção 4, são apresentados os resultados obtidos junto aos gestores das Escolas Municipais, seguidos de uma análise qualitativa. Na seção 5, é feita uma breve discussão entre esses dados e a literatura pesquisada e, finalmente, na seção 6, apresentam-se as conclusões possíveis até o presente momento.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Esta seção foi dividida em duas subseções, apresentando-se primeiramente um quadro com a legislação pertinente ao tema, seguido de alguns comentários a essas leis, encontrados em diferentes fontes pesquisadas pela autora. Na subseção seguinte, segue uma breve revisão sobre a inclusão escolar, propriamente dita.

2.1 LEGISLAÇÃO

A sociedade necessita conscientizar-se que é imprescindível adaptar-se para então incluir em seus sistemas educacionais pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, prepará-las para assumir seus papéis na sociedade. Observa-se que as crianças com necessidades especiais encontram diversas dificuldades para inserir-se na sociedade de forma autônoma e independente. Com isso, torna-se maior a preocupação com a adequação do ambiente de ensino, para facilitar o processo de integração do aluno na escola comum.

Conforme aponta Araújo (2000), hoje o grande desafio é a elaboração de uma política educacional voltada para o estabelecimento de uma escola realmente inclusiva, acessível a todos, independentemente das diferenças que apresentem, dando-lhes as mesmas possibilidades de realização humana e social.

Nos quadros a seguir, apresenta-se uma relação com as leis existentes, tanto as internacionais quanto as brasileiras, sobre a inclusão de modo amplo.

Quadro 1- Declarações internacionais

1975 – Direitos das Pessoas Deficientes (ONU)	Proclama a necessidade de proteger os direitos e assegurar o bem-estar e a reabilitação daqueles que estão em desvantagem física ou mental
1990 – JOMTIEN (Tailândia) <u>Conferência Mundial Sobre Educação para Todos</u>	Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Toda criança, jovem e adulto têm o direito humano de se beneficiar de uma educação que satisfaça suas necessidades básicas de aprendizagem, no melhor e mais pleno sentido do termo, e que inclua aprender a aprender, a fazer, a conviver e a ser. É uma educação que se destina a captar os talentos e potencial de cada pessoa e desenvolver a personalidade dos educandos para que possam melhorar suas vidas e transformar suas sociedades. Define a linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Reconhece a necessidade e a urgência do ensino ser ministrado, no sistema comum de educação, a todas as crianças, jovens e adultos com necessidades educativas especiais.
1994 – SALAMANCA (Espanha) <u>Declaração de Salamanca - Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade</u>	Define a linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Reconhece a necessidade e a urgência do ensino ser ministrado, no sistema comum de educação, a todas as crianças, jovens e adultos com necessidades educativas especiais.
1999 – GUATEMALA (Guatemala) <u>Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência</u>	Reafirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas. Tais direitos, inclusive o direito de não ser submetida a discriminação com base na deficiência, emanam da dignidade e da igualdade que são inerentes a todo ser humano.
2001 – HAVANA (Cuba) Acesso equitativo à informação em saúde	Solicita aos governos, que individual e coletivamente definam políticas públicas de acesso equitativo à informação de qualidade, para promover o alcance por todos dos direitos sociais básicos.
2002 – SAPPORO (Japão)	Defende a Educação Inclusiva, sustentando que a participação plena começa desde a infância nas salas de aula, nas áreas de recreio e em programas e serviços. Quando crianças com deficiência se sentam lado a lado com outras crianças, as comunidades são enriquecidas pela consciência e aceitação de todos. Cabe aos governos erradicarem a educação segregada e estabelecer uma política de educação inclusiva.

Quadro 2- Brasil – Legislação Federal

1988 – Constituição Federal	Segundo o artigo oitavo, constitui crime punível de um a quatro anos e multa: recusar, suspender, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, por possuir uma deficiência. Em seu artigo 59, inciso IV, assegura o acesso à educação especial para o trabalho, tanto em instituição pública quanto privada.
Lei 7853/89	Dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência, sua integração social, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas.
Lei 8069/90: Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA	Em seu artigo 54 estabelece que é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente atendimento educacional especializado as pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.
Lei 8859/94 –	Estende aos alunos de ensino especial o direito à participação em atividades de estágio.
Portaria 1793/94	Dispõe sobre a necessidade de complementar os currículos de formação de docentes e outros profissionais que interagem com pessoas com necessidades especiais.
Lei 9394/96	Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB
Decreto 3298/99	Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência.
Portaria 319/99	Institui no Ministério da Educação, vinculada à Secretaria de Educação Especial/SEESP a Comissão Brasileira do Braille, de caráter permanente.
Lei 10098/00	Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Portaria 554/00 – Aprova o Regulamento Interno da Comissão Brasileira de Braille.
Lei 10172/01	Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE
Decreto 3956/01	Decreto 3298/99 - Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e consolida as normas de proteção. – Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.
Resolução CEB/CNE 02/01	Institui diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica.
Resolução CONADE 08/01	Recomenda medidas referentes à inclusão da Pessoa Portadora de Deficiência, no sistema regular de ensino.
Lei 10436/02	Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS
Portaria 657/02	Adota diretrizes e normas para uso e ensino do <i>soroban</i> .
Portaria 3284/03	Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas

	com deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.
Decreto nº 5.296/04 2004 – Cartilha – O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular	Regulamenta as leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00, estabelecendo normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida (implementação do Programa Brasil Acessível). O Ministério Público Federal divulga o documento com o objetivo de disseminar os conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão.
Decreto nº 5.626/05	Regulamenta a Lei nº 10.436/02, visando à inclusão dos alunos surdos, dispõe sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular, a formação e a certificação de professor, instrutor e tradutor/intérprete de Libras, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos e a organização da educação bilíngüe no ensino regular.
2006 – Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos	Lançado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, pelo Ministério da Educação, pelo Ministério da Justiça e pela UNESCO. Objetiva, dentre as suas ações, fomentar, no currículo da educação básica, as temáticas relativas às pessoas com deficiência e desenvolver ações afirmativas que possibilitem inclusão, acesso e permanência na educação superior.
Decreto nº 6.094/07 2007 – Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE	Estabelece dentre as diretrizes do Compromisso Todos pela Educação a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas. Traz como eixos a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, a implantação de salas de recursos multifuncionais e a formação docente para o

	atendimento educacional especializado.
Decreto nº 6.571/08 2008 – Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva	Dá diretrizes para o estabelecimento do atendimento educacional especializado no sistema regular de ensino (escolas públicas ou privadas). Traz as diretrizes que fundamentam uma política pública voltada à inclusão escolar, consolidando o movimento histórico brasileiro.
Decreto nº 6.949/09 2009 – Resolução No. 4 CNE/CEB 2009 – Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência	Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Esse decreto dá ao texto da Convenção caráter de norma constitucional brasileira. Institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, que deve ser oferecido no turno inverso da escolarização, prioritariamente nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular. O AEE pode ser realizado também em centros de atendimento educacional especializado públicos e em instituições de caráter comunitário, confessional ou filantrópico sem fins lucrativos conveniados com a Secretaria de Educação (art.5º). Aprovada pela ONU e da qual o Brasil é signatário. Estabelece que os Estados Parte devem assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino. Determina que as pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório; e que elas tenham acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem (Art.24).

2011 – Plano Nacional de Educação (PNE)	Projeto de lei ainda em tramitação. A Meta 4 pretende “Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino.”. Dentre as estratégias, está garantir repasses duplos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) a estudantes incluídos; implantar mais salas de recursos multifuncionais; fomentar a formação de professores de AEE; ampliar a oferta do AEE; manter e aprofundar o programa nacional de acessibilidade nas escolas públicas; promover a articulação entre o ensino regular e o AEE; acompanhar e monitorar o acesso à escola de quem recebe o benefício de prestação continuada.
Lei nº 12.764/12	Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
Lei nº 12.796/13	<p>A partir de agora, não será mais usada a expressão educação especial, e sim atendimento especializado a educando com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.</p> <p>A lei ainda garante o incentivo para a formação de professores em licenciatura plena. "A União, o Distrito Federal, os Estados e os municípios adotarão mecanismos facilitadores de acesso e permanência em cursos de formação de docentes em nível superior para atuar na educação básica pública".</p> <p>Essa regulamentação oficializa a mudança feita na Constituição por meio da Emenda Constitucional nº59 em 2009.</p>

Quadro 3- Brasil – Legislação Estadual

1989 – Constituição Estadual	Em seu artigo 239, define que o poder público oferecerá atendimento especializado as pessoas com deficiências, preferencialmente na rede regular de ensino.
Deliberação CEE 01/99	Fixa normas para autorização de funcionamento de estabelecimentos e cursos de ensinos fundamental e médio, e de educação profissional de nível técnico, no sistema estadual de ensino de São Paulo.
Parecer CEE 468/99	Consulta sobre a criação de uma escola de educação especial para autista.
Indicação CEE 04/99	Diretrizes para autorização de funcionamento e supervisão de creches e pré-escolas.
Indicação CEE 12/99	Fixa normas gerais para a educação especial no sistema de ensino do Estado de São Paulo.
Deliberação CEE 05/00	Fixa normas para a educação de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais na educação básica do sistema estadual de ensino.
Resolução SE 95/00	Dispõe sobre o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas da rede estadual de ensino.
Lei 10958/01	Reconhece oficialmente a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS
Resolução SE 61/02	Ações referentes ao programa de inclusão escolar.
Resolução SE 130/02	Atendimento aos alunos da rede pública com necessidades educacionais especiais.

Fontes:

CEDIPOD – *O portal da cidadania*

Rede SACI – *Solidariedade Apoio Comunicação e Informação*

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96) reafirma a obrigatoriedade do atendimento educacional especializado e gratuito aos estudantes com necessidades especiais preferencialmente na rede regular de ensino, e foi a partir daí que as práticas educacionais inclusivas ganharam força no país. (BRASÍL, 2001, p.43-45).

Conforme Araújo (2000, p. 2), no Art. 59 dessa mesma lei, os sistemas de ensino devem promover aos educandos com necessidades especiais: currículos adaptados, técnicas, metodologia, organização e recursos próprios para total atendimento a esses alunos. O autor completa que “[...] faz-se necessário uma Sociedade Inclusiva consciente, atuante, sem

preconceitos, habilitada e bem informada a fim de favorecer uma vida melhor a todos os indivíduos com necessidades especiais.”.

Segundo Gomes e Mendes (2010), o Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001), no capítulo 8, refere-se à Educação Especial. Este documento tece um diagnóstico e traça as diretrizes, objetivos e metas para os próximos dez anos. Portanto, segundo esse PNE, a oferta de educação especial poderá ser realizada de três formas: participação nas classes comuns, sala especial e escola especial. Sendo que, as salas e escolas especiais devem ser apenas para aqueles que realmente não puderem ser atendidas nas salas convencionais.

A inclusão é um processo que pode modificar a sociedade, o que foi possibilitado pelo Plano Nacional da Educação (P.N.E) que propõe o desenvolvimento e o exercício da cidadania. É necessário que transformações grandes ou pequenas aconteçam de forma ampla não apenas nos ambientes físicos, mas principalmente na mentalidade de todas as pessoas e inclusive no próprio Plano Nacional da Educação. Este documento proclama que todos aqueles que têm necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas regulares.

A partir de 2010, com a Conferência Nacional de Educação, a educação especial passa a garantir condições política, pedagógica e financeira, como também deve assegurar o acesso e a permanência na escola aos educandos com necessidades especiais, além de valorizar a diversidade e o desenvolvimento da cidadania com a inclusão de crianças, adolescentes, jovens e adultos no ensino regular. Definiu-se também que é necessário estabelecer parcerias com a família e a comunidade no contexto escolar e concretizar uma política de valorização e de formação de profissionais especializados em inclusão a nível nacional (FERNANDES, 2010).

Tanto a educação, como as demais esferas da sociedade, aguardavam pelas mudanças, além dos esforços gerais para obter mudanças. Na verdade muitas leis foram sim promulgadas após 2003 e, legalmente, o atendimento pela e para a inclusão, melhorou aos alunos com necessidades especiais.

2.2 A INCLUSÃO

Sasaki, (1997, p. 41) define o papel da sociedade no processo geral de inclusão, afirmando tratar-se de um:

[...] processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos. (SASSAKI, 1997, p.41).

De acordo com Rabelo (1999, p. 15), “uma criança com necessidades especiais, não é portadora de um defeito, não é simplesmente uma criança menos desenvolvida que as demais, ela apenas se desenvolvem de forma diferente”.

Conforme Sasaki (1997, p.120-121), a sociedade necessita se adaptar ao novo contexto de inclusão e “[...] principalmente ter uma educação qualificada para que este tenha capacidade desenvolver um caminho próprio para seu desenvolvimento de sua educação e assim inserir no processo de inclusão para então haver sua adaptação na sociedade.”.

Santos (2011) destaca que a inclusão em escolas regulares de pessoa com deficiência, incluindo física, auditiva, visual e intelectual, tornou-se obrigatória no Brasil, ainda no ano de 1999, com a sanção, pelo então Presidente da República, do decreto nº 3.298, de 20 de Dezembro de 1999, regulamentando a lei provisória de 24 de Outubro de 1989, que propunha a integração da pessoa com deficiência.

Araújo (2000) cita a diferença entre o princípio da normalização e o da inclusão. Para o autor, normalização refere-se a uma colocação seletiva do indivíduo com necessidades especiais na classe comum. Neste caso, o professor da classe comum não recebe um suporte especializado em educação especial. É necessário que os estudantes durante esse processo de normalização demonstrem que são capazes de permanecer em uma classe comum regular. Enquanto que o processo de inclusão visa a estender ao máximo a capacidade dos estudantes com necessidades especiais na classe comum regular e também na escola, possibilitando o fornecimento do suporte de serviços, comunicação da educação por intermédio dos seus profissionais especializados em educação especial e dos profissionais da saúde que cuidam desse aluno. E ressalta também que a inclusão é um processo constante e que precisa ser continuamente revisto.

Esse autor destaca algumas características que definem o que é a inclusão, contrapondo ao que considera “não inclusão”, conforme quadro a seguir:

Quadro 4- Inclusão X Não Inclusão

INCLUSÃO	NÃO INCLUSÃO
<p>Atender os estudantes com necessidades especiais nas vizinhanças da sua residência</p> <p>Propiciar a ampliação do acesso desses alunos às classes comuns</p> <p>Propiciar aos professores da classe comum um suporte técnico</p> <p>Levar os professores a estabelecer formas criativas de atuação com as crianças com deficiência</p> <p>Perceber que as crianças podem aprender juntas, embora tendo objetivos e processos diferentes.</p> <p>Proporcionar um atendimento integrado ao professor de classe comum</p>	<p>Levar crianças às classes comuns sem o acompanhamento do professor especializado</p> <p>Ignorar as necessidades específicas da criança</p> <p>Fazer as crianças seguirem um processo único de desenvolvimento, ao mesmo tempo e para todas as idades.</p> <p>Extinguir o atendimento de educação especial antes do tempo</p> <p>Esperar que os professores de classe regular ensinassem as crianças com necessidades especiais sem um suporte técnico</p>

Fonte: adaptado de Araújo (2000)

Sasaki (1997, p. 120) também apresenta dados sobre a não inclusão de alunos com deficiência, podendo-se destacar.

Descarregar sem preparação ou suporte alunos com deficiências em salas de aulas comuns e ambientes comunitários; Não atender as necessidades do aluno mediante decisões (em relação à designação de sala ou instituição) baseadas em seus tipos de deficiência; Expor alunos a perigo ou risco desnecessário; Colocar demandas desmedidas sobre professores violando a proporção natural, pois a educação tem planos individualizados do corpo docente, nos quais 1% dos alunos possui deficiência severa e não sobrecarregar as escolas com mais alunos do que podem normalmente suportar; Não considerar a preocupação dos pais, em relação às escolhas feitas pelo corpo docente sem a sua devida participação. Como a escolha da sala de seu filho. Privar a integração e participação do aluno com deficiências das atividades curriculares (artes, música, educação física, etc.). Independente da sua deficiência (SASSAKI, 1997, p.120).

Mantoan (1997) apresenta a escola como uma instituição mediadora do conhecimento, que tem como objetivo levar cultura para muitas pessoas e assim adquire responsabilidade em fundamentar e modificar formas de participação, colaboração e adaptação das crianças com necessidades especiais. A autora também cita a importância da família e da igreja, mas afirma que é da escola a maior parcela de tal responsabilidade. Afirma que a inclusão de alunos com necessidades especiais precisa de ações eficazes e que necessita

de novos processos de aprendizagem e práticas pedagógicas que auxiliem no processo de inclusão.

Leonardo, Bray e Marques (2009), publicaram um estudo acerca de implantação da proposta em escolas de ensino básico, tiveram por objetivo verificar como estão sendo implantados os projetos de Educação Inclusiva no Ensino Básico. Tal estudo revelou que as escolas ainda não possuem infraestrutura adequada para desenvolver os projetos inclusivos e que os profissionais, em sua maioria, demonstram não terem conhecimento e nem preparo para lidar com a adversidade dentro da sala de aula.

Além do mais, nas escolas pesquisadas não está sendo aplicada uma metodologia com recursos pedagógicos adequados às necessidades dos alunos especiais, e que também as práticas de inclusão escolar e apresentam um ensino restrito e, conseqüentemente, o ensino inclusivo de qualidade não é realizado, sendo negligenciados os direitos dos alunos com deficiência à aprendizagem, ao desenvolvimento e à participação efetiva na sociedade. Os resultados do estudo revelaram que vem ocorrendo um processo de inclusão perversa em que o indivíduo possui direito, mas não pode usufruí-los conforme suas necessidades.

Em pesquisa sobre inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular, Silva, Gonçalves e Alvarenga (2012) analisam criticamente a inclusão do portador necessidades especiais no ensino regular, considerando aspectos sociais e jurídicos, concluem que até aquele momento, de maneira geral, a escola recebe as crianças com necessidades especiais, mas ainda há muito a percorrer para incluí-los de fato, embora o país possua o estopo de inclusão.

Assim os autores afirmam que é necessário o estabelecimento de diretrizes e ações políticas visando à efetiva inclusão dessas crianças nas classes regulares de ensino, o que exige além de ousadia e coragem, prudência e sensatez para que se construa uma realidade inclusiva de fato.

Segundo Araújo (2000), a primeira sugestão para que se caminhe para uma educação de qualidade é estimular as escolas para que elaborem com autonomia e de forma participativa o seu Projeto Político Pedagógico, diagnosticando a demanda, ou seja, verificando quantos são os alunos, onde estão e por que alguns estão fora da escola.

Freire (1982) acrescenta que o objetivo comum que se idealizou em relação à inclusão é construir um processo capaz de transformar a realidade, e assim chegar-se a mudanças de forma efetiva, considerando-se as diferenças e as individualidades dos alunos com deficiência.

Araújo (2000) ressalta que a criança em sua essência é a mesma, precisa do outro para se socializar e crescer como pessoa e ser humano. Construir seu conhecimento através de sua interação com os demais fará da pessoa com necessidade especial um ser capaz como os outros, não da mesma forma, mas com suas limitações, seus desejos, suas frustrações, seus sonhos e a sua vontade de ser respeitado como pessoa que pensa, sofre, ama, sorri, se decepciona e que busca o que todo ser humano deseja, ou seja, ser feliz e aceito por todos.

Ainda conforme o autor, na educação inclusiva, deve privilegiar projetos que apresentem características da comunidade e que, além ser um processo social, também estejam inseridos os alunos com necessidades especiais em salas regulares comuns. Identifica como líder em reações as demais por apresentar como vanguarda este processo educacional e de focar sua atuação em todo seu escalão e passa mediar à integração dos alunos com necessidades especiais, desenvolvendo parcerias com pais afirmando de que eles são parceiros essenciais no processo de inclusão e como também a flexibilidade do ambiente escolar visando o ensino e aprendizagem dos alunos por haver colaboração e cooperação de todo.

Silva, Gonçalves e Alvarenga (2012) ressaltam que ao centralizar a deficiência na pessoa que a possui, exigindo dela sua reabilitação para que possa ingressar na sociedade, é uma postura que define a integração, porém inclusão parte de outro paradigma, em que a deficiência não é responsabilidade exclusiva pessoa com necessidades especiais, cabendo à sociedade modificar-se para propiciar uma inserção total do indivíduo, independente de seus déficits ou necessidades.

Outro exemplo de benefícios da Educação Inclusiva para todos os estudantes, citado por Sasaki (1997), é que o estudante sem deficiência quando está em uma escola inclusiva, desenvolve a apreciação pela diversidade individual, tem a possibilidade de adquirir experiência direta com a variação natural das capacidades humanas, como também demonstra crescente responsabilidade e melhor aprendizagem.

Assim, estão mais bem preparados para a vida adulta numa sociedade inclusiva, possibilitando troca de experiências, de recursos e apoio acadêmico por parte do pessoal de educação especial, além de poderem participar como aprendizes com condições instrucionais diversificadas, utilizando-se de aprendizado cooperativo e o uso de tecnologia como há nos centros de aprendizagem e nas salas de recursos.

Em pesquisa sobre inclusão de alunos com paralisia cerebral no ensino fundamental, Silva, Santos e Ribas (2011), apontam como o fisioterapeuta pode atuar no processo de inclusão de crianças com paralisia cerebral, e os resultados demonstram que a atuação destes profissionais nas intervenções especifica as necessidades dos alunos, a adequação de

mobiliários e matérias escolar utilizado em sala de aula e para eliminar as barreiras arquitetônicas e conscientização dos profissionais envolvidos na educação e a contribuir para o desenvolvimento dos alunos com necessidades especiais no ambiente escolar.

Bezerra e Araújo (2011), em estudo sobre a inclusão escolar de alunos com deficiência intelectual, objetivando a detectar as contradições do processo, consideram que a escola inclusiva, tal como se apresenta hoje, acabou tornando-se reacionária e pouco democrática, bem diferente da escola especial que demonstra ser comprometida com o ensino do aluno com necessidades especiais. Esses autores afirmam que a mudança de cenário requer uma escola inclusiva que tenha compromisso político de resgatar o saber fazer dos métodos especiais e sem abrir mão de seu legítimo papel, o combate contra a segregação educacional antes praticada.

Luiz e Nascimento (2010) desenvolveram um estudo com objetivo de explorar as experiências de algumas famílias no processo de inclusão de crianças com Síndrome de Dow na rede regular. Essas crianças entraram na APAE logo após seu nascimento e foram encaminhadas à rede regular quando tinham entre dois a quatro anos de idade. Antes disso, as mães receberam, por seis meses, atendimento em grupo com as psicólogas dessa instituição, para conhecerem o processo.

Os relatos obtidos dessas mães apontam que elas tinham dificuldade em custear o tratamento, e não tinham informações, buscando sozinhas ajuda. Isso demonstrou a importância de se estabelecer uma comunicação entre profissionais de instituição especializada, escolas e órgãos públicos, a fim de informar as famílias das possibilidades de atendimentos após desvincular-se da APAE e a importância da não interrupção desse tratamento.

E de conhecer a escola antes do processo de inclusão, pois isso não significa que ocorrerá oportunidade de conhecer o docente que trabalhará com a criança, já que as decisões tomadas na escola acerca das turmas de cada professor não são costumeiramente disponibilizadas para a família com antecedência. Vale a pena ressaltar que visitar a escola certamente tem seu valor, como medida de diminuir a ansiedade da família, a tensão e conhecer as experiências e características da instituição são ligadas ao processo da inclusão.

Com relação ao período de transição, as mães revelaram aos pesquisadores a falta de apoio para enfrentar esse período e especialmente mencionaram a ausência de articulação entre profissionais tanto na esfera da educação quanto da saúde. Por fim, as autoras alertam que cabe aos profissionais envolvidos estarem alertas as necessidades de constante coleta e

atualização de dados nas famílias, durante todo o processo da inclusão, para que possam auxiliá-los, planejando e realizando intervenções criativas e adequadas às suas necessidades.

Segundo Ferraz, Araújo e Carreiro (2010), a escola deve possibilitar condições para que pais e professores se comuniquem de forma adequada, troquem informações constantemente, participem de reuniões específicas para falar sobre o aluno com deficiência ou organizem horários para que isso aconteça. É importante destacar que essas iniciativas não garantem a construção da educação inclusiva, visto que os professores precisam de suporte de várias ordens.

Os autores ressaltam que o princípio fundamental da escola inclusiva, é que todas as crianças aprendem juntas, independente das dificuldades ou das diferenças. Hoje, há necessidades de revisão da inclusão de alunos com deficiência e também quanto à função da escola como contribuinte de seu desenvolvimento.

Silva e Dessen (2004), em pesquisa acerca do que significa ter uma criança com deficiência mental na família, afirmam que é necessário conhecer a dinâmica das relações da família de crianças com deficiência mental, o que se constitui no primeiro passo para a compreensão do desenvolvimento e do mecanismo de adaptação dessas famílias às suas crianças e a suas necessidades especiais.

Sant'Ana (2005), em pesquisa acerca das concepções de professores e diretores sobre Educação Inclusiva, relata que esses profissionais apontam que as dificuldades na realização da inclusão são a falta de formação especializada e o apoio técnico no processo de inserir os alunos nas classes regulares. Também apresentam as seguintes sugestões: há necessidades de orientações pela equipe multidisciplinar, uma formação continuada, infraestrutura e aos recursos pedagógicos adequados, experiência prévia junto do aluno com necessidades especiais, atitude positiva dos agentes, além de apoio da família e da comunidade.

3 MÉTODO

Trata-se de um estudo exploratório, que utilizou primeiramente a pesquisa bibliográfica, fazendo uso de livros, artigos, documentos oficiais e leis que tratam da inclusão no Brasil, encontrado na biblioteca da FAPI e em sites especializados, principalmente no *Scielo*, partindo-se das palavras-chave: inclusão, necessidades especiais, pessoas com deficiência.

A seguir, foi feita pesquisa descritiva, utilizando-se como instrumento um questionário simples (Apêndice A), que seria, a princípio, aplicado a gestores de 37 escolas da rede municipal de Pindamonhangaba. Algumas escolas foram contatadas pessoalmente e outras, por telefone, para que respondessem por e-mail. Das 37 escolas contatadas, obteve-se retorno de 26. Isso porque duas escolas não têm alunos com necessidades especiais matriculados e nove gestores não retornaram os questionários recebidos, apesar de vários contatos pessoalmente, por telefone e e-mail.

Os questionários foram respondidos somente após cada gestora tomar ciência e assinasse, caso concordasse, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, juntamente com o Consentimento de Participação da pessoa como o sujeito (Apêndice B).

Tal coleta de dados foi iniciada após aprovação do projeto de pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Pindamonhangaba (Anexo A), encaminhado após aprovação da Secretaria de Educação do Município de Pindamonhangaba, para acesso às escolas (Apêndice C).

Após coletados, os dados foram analisados e categorizados com a finalidade de assim podermos enriquecer e concluir nossa pesquisa. Os dados foram tratados principalmente de modo qualitativo, mas sempre que possível, estão apresentados quantitativamente, para facilitar a visualização dos números encontrados.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir, são apresentados os resultados encontrados em cada uma das respostas contidas no questionário. As escolas foram numeradas de (1) a (26), a fim de não serem identificadas, nem seus gestores, conforme compromisso contido no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido assinado pelos respondentes.

Pergunta 1- Quantos alunos com necessidades especiais estão matriculados nesta escola? [E quais suas necessidades?]

Quadro 5- Número de alunos com necessidades especiais em cada escola

ESCOLA	NÚMERO DE ALUNOS
(1)	11
(2)	05
(3)	11
(4)	10
(5)	08
(6)	04
(7)	05
(8)	04
(9)	02
(10)	06
(11)	05
(12)	08
(13)	10
(14)	04
(15)	02
(16)	11
(17)	15
(18)	03
(19)	11
(20)	17
(21)	05
(22)	02
(23)	19
(24)	13
(25)	01
(26)	04

Conforme o quadro acima, no momento há 196 alunos com necessidades especiais matriculados nas 26 escolas municipais de Pindamonhangaba, que participaram desta pesquisa.

Pergunta 1- [...] E quais suas necessidades?

As gestoras apontaram os nomes que os profissionais responsáveis pelos laudos deram, conforme segue abaixo, ressaltando-se que há casos de crianças com mais de uma necessidade especial:

Deficiência intelectual
 Retardo Mental; Deficiência mental
 Síndrome de Down
 Síndrome do X frágil
 Osteogênese Congênita
 Síndrome *Daudy Walder*
 Transtorno do déficit de atenção e hiperatividade (TDAH); Déficit de atenção;
 Hiperatividade
 Paralisia Cerebral
 Síndrome alcoólica fetal
 Autismo; Autismo atípico; Síndrome de espectro autista
 Síndrome de *Asperge*
 Deficiência física
 Deficiência Auditiva
 Transtorno da articulação da fala, distúrbio da fala e linguagem
 Transtorno específico da leitura
 Fenilcetonúria
 Epilepsia Rolândia; Epilepsia severa
 Transtorno misto de desenvolvimento
 Transtorno de conduta hipercinética
 Transtorno bipolar
 Transtorno Global do Desenvolvimento (T.G.D)
 Deficiência visual
 Transtornos de comportamento
 Transtorno misto das habilidades escolar
 Dificuldade de aprendizagem
 Transtorno de ansiedade
 Necessidade especial por dificuldade de locomoção
 Síndrome de *Prader Will*

Pergunta 2- O(s) aluno(s) com necessidades especiais frequenta(m) que tipo de classe?

Nas 26 escolas pesquisadas todos os alunos com necessidades especiais frequentam classe comum.

Esse resultado vai ao encontro do que está previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96) de 1996, que reafirma a obrigatoriedade do atendimento educacional especializado e gratuito aos estudantes com necessidades especiais preferencialmente na rede regular de ensino (BRASÍLIA, 2001).

Pergunta 3- Foram feitas adaptações específicas para esses alunos?

Não: 03

Sim: 23

Quais:

Quadro 6- Necessidades especiais encontradas nas escolas

Adaptações curriculares	07
Material específico: caderno sem pauta, atividades de coordenação motora	04
Adaptações físicas (acessibilidade): rampa de acesso, banheiro para cadeirante, horário flexível/diferenciado e conteúdos	04 cada item
Atendimento individualizado	02
Adaptação com computadores, jogos pedagógicos, barras na parede da sala, plano de aula, instrumentos de avaliações, dinâmicas na classe conteúdos, redução números de alunos na sala, professor de apoio	01 para cada item
Aula envolvendo LIBRAS	01

Pergunta 4- São oferecidas estratégias diversificadas aos alunos com necessidades especiais? Quais?

Quadro 7- Estratégias diversificadas oferecidas aos alunos

Atendimento individualizado	02
Adaptação com computadores, jogos pedagógicos, barras na parede da sala, plano de aula, instrumentos de avaliações, dinâmicas na classe conteúdos, redução números de alunos na sala, professor de apoio	01 para cada item
Aula envolvendo LIBRAS	01
Atendimento individualizado	02
Adaptação com computadores, jogos pedagógicos, barras na parede da sala, plano de aula, instrumentos de avaliações, dinâmicas na classe conteúdos, redução números de alunos na sala, professor de apoio	01 para cada item
Atendimento individualizado	02

Percebe-se que algumas gestoras fizeram certa confusão entre as perguntas 3 e 4, isso é, mencionaram como adaptações feitas na escola, o que, na realidade trata-se de estratégias utilizadas com os alunos com necessidades especiais.

De todo modo, ambas as respostas vão ao encontro do que propõe Araújo (2000), quando menciona que para ter uma educação de qualidade será necessário estimular as escolas na elaboração de Projetos Políticos Pedagógicos de forma participativa para diagnosticar a

demanda dos alunos com necessidades especiais e verificar o porquê de alguns deles encontra-se fora da escola.

Pergunta 5- Como é o relacionamento do aluno com necessidade especial com os outros alunos na sala de aula?

Obteve-se 43 bons adjetivos para se definir esse relacionamento, destacando-se: interação, integração, positivo, normal, amistoso, harmonioso, auxílio de colegas.

Por outro lado, também há indicação de algumas dificuldades no relacionamento desses alunos, como: resistências com alunos mais velhos pelo aluno com necessidades especiais; dificuldade de interação; alguns demonstram agressividade; uma gestora respondeu que o aluno “autista precisa socializar melhor.”.

Na literatura pesquisada encontramos em Sasaki (1997) que a educação inclusiva beneficia todos os estudantes, com necessidades especiais ou não, pois desenvolve apreciação pela diversidade.

Pergunta 6- Como você descreve a participação da família desse aluno em sua escolarização?

Quadro 8- Estratégias diversificadas oferecidas aos alunos

Boa participação dos pais	09
Não identificaram participação da família	04
Gestores relatam participação irregular, isso é, alguns pais participam, outros apresentam resistência	10

Nessa questão, percebe-se que três gestoras não responderam se ocorre alguma participação, mas o que pensam a respeito disso, conforme transcrito abaixo:

a) Escola (1): “A escola deve fazer a diferença. A arte de ensinar com qualidade e construir conhecimentos é nosso dever e compromisso sempre, porém com a participação da família, os resultados e avanços são mais rápidos e visíveis.”

b) Escola (2): “Conquista diária, persistente e constante para fazer destas famílias sujeitos ativos na vida escolar destas crianças.”

c) Escola (13): “Decisiva parceria para o alcance dos objetivos propostos.”

Vê-se pelas respostas que algumas famílias estão correspondendo ao que foi encontrado na literatura. Os documentos gerados após a Conferência Nacional de Educação, em 2010 apontaram a necessidade de se estabelecer parcerias com famílias e a comunidade

para assim concretizar a inclusão escolar (FERNANDES, 2010). Também Ferraz, Araújo e Carreiro (2010) apontam a importância dessa comunicação entre pais e escola, sem, entretanto, esquecer que os professores também precisam de muito suporte.

Pergunta 7- Em geral, existe dificuldade para a realização deste processo de inclusão? Quais são elas?

Não: 03

Sim: 23

Quadro 9- Dificuldades para realização da inclusão

Não tem atendimento especializado	13
Professor de apoio	07
Não há apoio da família,	04
Não há material adequado	04
Falta adaptação física	05
Faltam adaptações curriculares	03
Quantidade grande de alunos por sala	02
Falta professor de LIBRAS	01

A gestora da escola (26) respondeu que um aluno “[...] apresenta, por conta de sua deficiência, certa agressividade e intolerância com os colegas, característica que vem demonstrando uma sensível melhora, devido a esse comportamento o aluno permanece na escola em um período menor de tempo.”.

Também na literatura consultada os autores encontraram em suas pesquisas que não há infraestrutura adequada, os profissionais têm pouco conhecimento e preparo para lidar com a adversidade encontrada em sala de aula com inclusão, as escolas não possuem profissionais com formação especializada, falta apoio técnico (LEONARDO; BRAY; MARQUES, 2009; SANT’ANA, 2005).

Pergunta 8- Há algum acompanhamento especializado conforme a necessidade desse aluno? Quais?

Não: 04

Sim: 22

Quadro 10-Tipos de acompanhamento especializado

Núcleo de Apoio Psicológico- NAP	20
Sala de recursos Multifuncionais	12
Psicopedagogo	11
Especialista particulares contratados pelos pais	06
Fonoaudiólogo	06
Psicólogo	06
Neuropediatra	02

Professor de apoio	01
Fisioterapeuta	01
AACD	01
AVAPE	01
CIEE	01

Pergunta 9- Ocorre alguma comunicação da escola com o(s) especialista(s) do aluno com necessidade especial? Qual?

Não: 02

Sim: 24

Quadro 11- Formas de comunicação entre escola e especialistas

Relatórios	17
NAP	10
Especialistas particulares	07
Sala de recurso	03
Especialista visita a escola com hora marcada	02
Gestora Geral de Inclusão acompanha consulta com pais	01
Reuniões de orientação:	01
Laudos, psicólogos	01

As respostas dadas às questões 8 e 9 indicam que a grande maioria das crianças com necessidades especiais recebe acompanhamento especializado, bem como as gestoras têm comunicação com os especialistas. As pesquisas dos autores consultados demonstram o quanto realmente ambos são necessários. Bezerra e Araújo (2011) apontaram a importância do fisioterapeuta no processo de inclusão com alunos com necessidades especiais e principalmente a conscientização dos profissionais da educação sobre o desenvolvimento, limitações e deficiência dos alunos. Mas, nesta pesquisa somente uma gestora informou que possui tal acompanhamento. Também Araújo (2000) aponta que uma escola inclusiva deve propiciar aos professores da classe comum um suporte técnico e um atendimento integrado.

Pergunta 10- Há alguma participação da comunidade em relação à inclusão escolar desses alunos?

Não: 19

Sim: 07

Algumas gestoras consideraram que há participação da comunidade, mas relataram que tal participação se dá apenas por parte dos pais dos alunos matriculados na Escola, por meio de participação em reuniões e Conselhos Escolar. Participação efetiva da comunidade, só foi identificada na resposta da Escola (1): “Projetos de Responsabilidade Social e Cidadania da escola.”.

Vê-se que a grande maioria das escolas não conta com a participação da comunidade, o que é exatamente o contrário da proposta de Araújo (2000), que aponta a necessidade de uma sociedade conscientizada da necessidade de ter uma postura inclusiva, pois a comunidade deve ser atuante, sem preconceito, habilitada e bem informada e assim favorecer vida melhor a todos com necessidades especiais. É necessário também que se desenvolva parcerias com pais e a comunidade.

6 CONCLUSÕES

Após análise dos questionários pode-se concluir que na Rede de Ensino Municipal de Pindamonhangaba, SP, as principais dificuldades para se promover um ensino inclusivo são: de não ter professor capacitado em inclusão, professor de apoio, a não participação e apoio da família e comunidade. O que se percebe é que a maioria das escolas limita-se a fazer adaptações curriculares, faltando material adequado e a adaptações físicas também não são encontradas em todas as escolas.

Percebe-se que as escolas não estão fazendo um processo de inclusão adequado aos alunos com necessidades especiais. Com a falta de especialização dos professores em educação inclusiva, sem mudanças adequadas na metodologia e na organização curricular, a inclusão no município de Pindamonhangaba acabou transformando-se em apenas um processo de normalização destes alunos. Os recursos que vêm sendo utilizados nas escolas não são totalmente adequados ao fundamento da inclusão e às necessidades desses alunos.

Conclui-se também que existem alguns pontos fracos que necessitam de mudanças, como formação dos professores especializados em inclusão, pois a maioria deles não tem, e que também não tem professor de apoio suficiente para atender todas as escolas e que principalmente não tem o apoio e a participação da comunidade e família na inclusão destes alunos com necessidades especiais.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, A. M. G. R. **Inclusão dos alunos Portadores de Necessidades Educativas Especiais no Ensino Regular**. Associação para Valorização e Promoção de Excepcionais - AVAPE, 2000.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996.

BEZERRA, G.F; ARAÚJO, D.A.C. Devolta à teoria da curvatura da vara: A deficiência Intelectual na Escola Inclusiva, **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.27, p.227-302, ago.2011.

CEDIPOD – Centro de Documentação e Informação do Portador de Deficiência – Rui Bianchi do Nascimento. **Legislação**. Disponível em: <<http://www.cedipod.org.br/Legis.htm>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

FREIRE, P. Educação: o sonho possível. In: BRANDÃO, C. (Org.). **O Educador: vida e morte**. Rio de Janeiro: GRAAL, p.101, 1982.

FERNADENS, F. C. (Coord.). Comissão Organizadora Nacional/CONAE: **Construindo o Sistema Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação/ Documento Final**, p. 132-135, 2010.

FERRAZ, C. R. A; ARAÚJO, M. V.; CARREIRO, L. R. R. Inclusão de Crianças com Síndrome de Down e Paralisia Cerebral no Ensino Fundamental I: Comparação dos Relatos de Mães e Professores. **Revista Brasileira Educação Especial**, Marília, v. 16, n. 3, p. 397-414, set./dez. 2020.

GOMES, C. G. S.; MENDES, E. G. Escolarização inclusiva de alunos com autismo na rede ensino de Belo Horizonte. **Revista Brasileira Educação Especial**, Marília, v. 16, n. 3, set./dez. 2010.

LEONARDO, N. S. T; BRAY, C. T; ROSSATO, S. P. M, Inclusão Escolar: Um Estudo Acerca de Implantação da Proposta em Escolas de Ensino Básico. **Revista Brasileira Educação Especial**, Marília, v. 15, n. 2, p. 289-306, maio/ago. 2009

LUIZ, F. M; NASCIMENTO, L. C. Inclusão escolar de criança com Síndrome de Down: Experiências contadas pelas Famílias. **Revista Brasileira Educação Especial**, Marília, v. 18, n. 1, p. 129-138, jan/mar. 2012.

MANTOAN, M. T. E. **A integração de pessoas com deficiência**: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon, 1997.

RABELO, A. S. Adaptação Curricular na Inclusão. **Revista Integração**. Secretaria de Educação Especial do MEC, n 21, p.19-20, 1999.

REDE SACI – Solidariedade Apoio Comunicação e Informação. USP Legal. Disponível em: <http://saci.org.br/?IZUMI_SECAO=4>. Acesso em: 15 nov. 2011.

RORIZ, T. M. S; AMORIM, K. S; FERREIRA, M. C. R. Inclusão Social/Escolar de Pessoas com Necessidades Especiais: **Múltiplas Perspectivas e Controversa Prática Discursiva, Psicol. USP**, Set 2005, vol.16, n.3, p.167-194 . ISSN 0103-6465.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SANTOS, L. H. L. Inclusão escolar de crianças e adolescente com Paralisia Cerebral: está e uma possível para todas elas em nossos dias? **Rev. Paul. Pediatr.** , Set 2011, vol .29, n. 3, p.314-319 . ISSN 0.03-0582.

SILVA, F. F; GONÇALVES, E. A.V; ALVARENGA, K. F, Inclusão do Portador de Necessidades Especiais no Ensino Regular: Revisão da Literatura, **J. Sociedade Brasileira Fonoaudiologia**, Bauru-SP. v. 24, n. 1, p. 96-103, 2012.

SILVA, N. L. P; DESSEN, M. A, O que significa ter uma criança com deficiência mental na família? , **Educar**, Curitiba, n.23, p.161-183, 2004. Editora UFPR.

SILVA, S. M.; SANTOS, R. R. C. N; RIBAS, C. G. Inclusão de Alunos com Paralisia Cerebral no Ensino Fundamental: Contribuições da Fisioterapia, **Revista Brasileira Educação Especial**, Marília,v. 17, n. 2, p. 263-286, maio/ago. 2011.

SANT'ANA, I. M, Educação Inclusiva: concepções de professores e diretores. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v.10, n.2, p,227-234, mai/ago,2005.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO AOS GESTORES

1- Quantos alunos com necessidades especiais estão matriculados nesta escola e quais suas necessidades?

2- O(s) alunos com necessidades especiais frequentam que tipo de classe?

comum especial adaptada

outra _____

3- Foram feitas adaptações específicas para esses alunos?

Não

Sim Quais: _____

4- São oferecidas estratégias diversificadas aos alunos com necessidades especiais? Quais?

5- Como é o relacionamento do aluno com necessidade especial com os outros alunos na sala de aula?

6- Como você descreve a participação da família desse aluno em sua escolarização?

7- Em geral, existe dificuldade para a realização deste processo de inclusão? Quais são elas?

8- Há algum acompanhamento especializado conforme a necessidade deste aluno? Quais?

9- Ocorre alguma comunicação da escola com o(s) especialista(s) do aluno com necessidade especial?

10- Há alguma participação da comunidade em relação à inclusão escolar desses alunos?

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário, em uma pesquisa a ser realizada como parte do meu Trabalho de Conclusão de Curso. Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável. Em caso de recusa você não será penalizado (a) de forma alguma.

Título do Projeto: Inclusão de alunos com necessidades especiais em salas regulares no município de Pindamonhangaba-SP

Pesquisador Responsável: Profa. MSc. Marina Buselli (orientadora)

Pesquisadora Participante: Mara Fátima Candido de Oliveira

Telefones para contato: 3522-7350 \ 9201-9854

A pesquisa vem sendo realizada sob a orientação da Profa. Marina Buselli, do curso de Pedagogia da Faculdade de Pindamonhangaba.

Trata-se de um estudo exploratório, com a finalidade de responder às questões: a) Como está ocorrendo o processo de inclusão na rede municipal de Pindamonhangaba? b) Quantos alunos com necessidades especiais participam da Inclusão no Ensino no município de Pindamonhangaba? c) Quais tipos de deficiência esses alunos possuem? d) Em média, quantos alunos com deficiência estão matriculados em uma mesma classe?

Necessitamos apenas de suas respostas a um questionário simples, com dez questões, a serem respondidas em poucos minutos. Sua participação é voluntária e não está atrelada a nenhuma condição. Garantimos que não haverá exposição de sua pessoa a qualquer situação de constrangimento e que sua participação poderá ser suspensa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade.

Não será divulgado nenhum dado que possa ser utilizado como forma de reconhecimento dos sujeitos, ou seja, sua identidade e da escola não serão divulgadas em nenhum momento. Utilizaremos apenas as respostas, após aplicação de todos os questionários, para identificarmos e analisarmos a educação das crianças com necessidades especiais.

Todas as etapas da pesquisa serão orientadas e acompanhadas pela professora responsável.

Nome e Assinatura do pesquisador _____

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____,
RG _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo “Inclusão de alunos com necessidades especiais em salas regulares no município de Pindamonhangaba-SP”, como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido pela pesquisadora Mara Fátima Cândido de Oliveira sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Pindamonhangaba, ___/___/2013.

Nome: _____

Assinatura do sujeito: _____

CONSENTIMENTO DE PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____,
RG _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo “Inclusão de alunos com necessidades especiais em salas regulares no município de Pindamonhangaba-SP”, como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido pela pesquisadora Mara Fátima Cândido de Oliveira sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Pindamonhangaba, ___/___/2013.

Nome: _____

Assinatura do sujeito: _____

APÊNDICE C - AUTORIZAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO



Pindamonhangaba, 18 de março de 2013.

Ilmo. Sr. André Galvão
DD. Diretor do Departamento Pedagógico

Solicitamos autorização para realizar uma pesquisa nas escolas do Município de Pindamonhangaba. Tal atividade é parte de um trabalho de conclusão do curso (TCC) de Pedagogia da Faculdade de Pindamonhangaba.

Título do trabalho: **Inclusão de alunos com necessidades especiais em salas regulares de ensino no município de Pindamonhangaba-SP.**

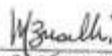
Trata-se de um estudo exploratório, com a finalidade de responder às questões: a) Como está ocorrendo o processo de inclusão na rede municipal de Pindamonhangaba? b) Quantos alunos com necessidades especiais participam da Inclusão no Ensino no município de Pindamonhangaba? c) Quais tipos de deficiência esses alunos possuem? d) Em média, quantos alunos com deficiência estão matriculados em uma mesma classe?

Para obtermos essas respostas, desejamos contatar os gestores das escolas municipais, que deverão responder a um questionário simples, conforme modelo anexo.

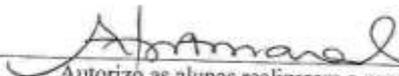
Atendendo aos critérios estabelecidos pelo Comitê de Ética da Faculdade de Pindamonhangaba, todos os envolvidos na pesquisa receberão um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (modelo anexo) e só participarão da pesquisa se assim desejarem.

Atenciosamente,


Mara Fátima Cândido de Oliveira
Aluna pesquisadora


Prof. Ms. Marina Buselli
Professora orientadora

Marina Buselli
RG: 5.924.897 - SSP/SP
Coord. Curso de Pedagogia


Autorizo as alunas realizarem a pesquisa
Sr. André Galvão

ANEXO A – APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA FACULDADE DE PINDAMONHANGABA

FAPI

Faculdade de Pindamonhangaba

FUNVIC

Credenciada pela Portaria Ministerial n.º 1.855 de 26/06/2002, publicada no D.O.U. de 27/06/2002

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA DA FAPI

CERTIFICADO

Certifico que o protocolo n.º. 208/2013, intitulado *“Inclusão de alunos com necessidades especiais em salas regulares de ensino no município de Pindamonhangaba-SP”*, sob a responsabilidade da Profa. MSc. Marina Buselli está de acordo com a Resolução 196/96 do Ministério da Saúde e suas complementações, a qual versa sobre os princípios éticos em pesquisa envolvendo seres humanos. Sendo assim, o referido protocolo está **Aprovado** por esta Comissão de Ética em Pesquisa.

Pindamonhangaba, 28 de Maio de 2013.

Prof.ª Dra. Luciane Vieira Garcia
Farmacêutica-Bioquímica
CPF 12.256



PROF.ª DR.ª. LUCIANE VIEIRA GARCIA
Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa da FAPI

Estrada Radialista Percy Lacerda, 1.000 - Pinhão do Borbo - Pindamonhangaba/SP - Cep: 12.412-825

Fones: (12) 3648-8323 / 3648-8324 / 3648-8325

www.fapi.br e-mail: diretoria@fapi.br

Autorizo cópia total ou parcial desta obra, apenas fins de estudo e pesquisa, sendo expressamente vedado qualquer tipo de reprodução para fins comerciais sem prévias autorização específica do autor.

Autorizo também a divulgação do arquivo no formato PDF no banco de monografia institucional.